



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

Não sei se repararam, ou não, que num curto espaço de tempo ocorreram vários incidentes públicos, desde que foi anunciada a criação do mecanismo coordenador da gestão de crises. Será isto uma pura coincidência? O mais emocionante, se calhar, foi a paralisia da rede da CTM, cujos serviços de chamadas de emergência também têm sido afectados. O funcionamento da ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) de Macau ficou suspenso, devido a avaria eléctrica, provocando-se, por pouco, graves problemas higieno-sanitários. Em finais do ano transacto, também o funcionamento normal do TJB (Tribunal Judicial de Base) foi afectado, devido a uma falha no sistema de abastecimento de energia eléctrica do centro comercial onde se encontra instalado, e os julgamentos tiveram que ser adiados. Trata-se de casos que, provavelmente, só acontecem em países do Terceiro Mundo, sendo portanto, humilhante que isto tenha acontecido em Macau, que quer ser um Centro de Turismo e de Lazer a Nível Mundial. As crises não ocorrem sem mais nem menos e assim tão repentinamente, mas sim com o acumular de descuidos e falhas por parte dos governantes, portanto, para além de uma revisão dos sistemas, é necessário ainda apurar e exigir a estes as devidas responsabilidades. De que medidas dispõe o Governo para evitar que incidentes congéneres se venham a repetir no futuro? Vai o Governo dar uma satisfação ao público?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Ademais, já se passaram mais de 6 meses desde a explosão de gás no “Centro Internacional”, no entanto, até ao momento, os trabalhos de acompanhamento continuam num caos, sem sequer estarem concluídos os trabalhos de fornecimento de água potável e electricidade. Verificou-se, ainda, um furto de cabos para fornecimento de electricidade, por isso, é possível que os problemas de segurança e de higiene que estão escondidos venham a “explodir” através de um simples “toque”. Os residentes e os lojistas do “Centro Internacional” têm percorrido vários locais para pedir ajuda aos serviços públicos, só que nunca se verificaram quaisquer respostas nem um tratamento sério por parte dos dirigentes, situação que levou os residentes a duvidarem de que “servir melhor o cidadão” não é mais do que uma expressão apregoada. Perante este incidente, os residentes consideram directamente que não existe, no fundo, um mecanismo de coordenação para assuntos governamentais e que a atitude dos dirigentes é passiva. De facto, estes atrevem-se a manter uma atitude passiva perante os assuntos, porque o regime de responsabilização não foi plenamente implementado. Dito de forma simples: isto é, não trabalham, nem há efectivação de responsabilidades!

As instalações do recentemente criado Centro de Formação para os Trabalhadores dos Serviços Públicos são de cinco estrelas. Que ironia! Os membros do Governo nem sequer conseguem pôr em prática o princípio de “pensar no povo, trabalhar para o seu bem-estar e usar da autoridade para o defender”, nem assumir as suas funções, aperfeiçoando os serviços ligados à vida da população, assim, tantas formações para quê? Na falta de formação de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

uma consciência de responsabilização adequada e de concretização desse regime, como é que se pode rever a postura dos membros e elevar a sua qualidade, aumentando, deste modo, o nível de governação em relação aos serviços ligados à vida da população?

Sendo assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Quando aparecerem problemas nos serviços ligados à água, electricidade e telecomunicações, as autoridades têm, logo no primeiro momento, de cumprir as suas funções e efectuar trabalhos de acompanhamento e de reparação, a fim de não ser afectada gravemente a vida da população, por causa de avarias repentinas. O Governo vai fazer isso?

2. Tomo, como exemplo, as palavras de uma carta que citei na última intervenção, sobre a atitude de alguns funcionários públicos, que “preferem não cometer erros do que trabalhar para tentar ser elogiados” e “preferem trabalhar menos, porque o salário é o mesmo”. Assim como é que podem prestar serviços aos cidadãos? E como elevar a qualidade de vida da população? Consegue o Centro de Formação mudar esse tipo de pensamento? Sem o reforço de uma fiscalização eficaz sobre a responsabilização dos funcionários públicos e um regime de prémios e sanções, consegue mudar-se tal atitude?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

3. Se os dirigentes do Governo actuam, ou não, com responsabilidade e de acordo com as suas atribuições, isso tem essencialmente a ver com o reforço do sentido de responsabilização e de Direito dos mesmos, bem como com o vínculo do regime de responsabilização. Neste sentido, é importante saber como reforçar a compreensão dos dirigentes acerca de uma série de diplomas legais, tais como as Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, e como conseguir concretizar eficazmente o regime de responsabilização. Vai o Governo fazer isto?

22 de Fevereiro de 2012.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM, Ung Choi Kun.